

O Materialismo Histórico e Dialético: Porque Ser Contra-hegemônico (Pode) Não é Ser Contra o Capital

Janaynna de Moura Ferraz
Deise Luiza da Silva Ferraz

Nosso capitalista fica perplexo. O valor do produto é igual ao valor adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não gerou mais-valor, portanto, não se transformou em capital. [...]. É possível que o capitalista, instruído pela economia vulgar, diga que adiantou seu dinheiro com a intenção de fazer mais dinheiro. [...]. Ele ameaça todo tipo de coisa e está resolvido a não se deixar apanhar novamente. De agora em diante, em vez de ele próprio fabricá-la, comprará a mercadoria pronta no mercado. Mas se todos seus irmãos capitalistas fizerem o mesmo, onde ele encontrará mercadorias no mercado? E dinheiro ele não pode comer. Prega, então, um sermão. Diz que é preciso levar em conta sua abstinência. [...] Qualquer que seja o mérito de sua abstinência, não há nada com que possa recompensá-la, pois o valor do produto que resulta do processo não é mais do que a soma dos valores das mercadorias lançadas na produção. Portanto, que ele se contente com o pensamento de que a virtude compensa. Em vez disso, ele continua a importunar. [...] E eis que nosso amigo, até aqui tão soberbo, assume repentinamente a postura modesta de seu próprio trabalhador. Ele próprio, o capitalista, não trabalho? Não realizou ele o processo de controle e supervisão [...] ? Mas seu próprio overlocker [supervisor] e seu gerente dão de ombros. Enquanto isso, ele já assumiu, com largo sorriso, sua fisionomia usual. Ele nos rezou toda essa ladainha, mas não dá por ela nem um tostão. Esse e outros subterfúgios e truques baratos ele deixa aos professores de economia política, que são pagos para isso. - Karl Marx, 2013, p. 269

Introdução

O caminho científico hegemônico produziu-se na modernidade assegurado pelo uso da lógica formal, por meio do discurso da neutralidade do pesquisador, por oferecer modelos e/ou procedimentos padronizados mantendo o pesquisador em campos previamente traçados. A partir da compreensão de que o real é um complexo de complexos, o meio de o apreender poderia ocorrer simplificando-o, seja este real (parcial) resultado das relações humanas ou não. A constituição da ciência (hegemônica) se dá em concomitância com sua própria parcialização, com o próprio movimento de divisão técnica e social do trabalho. Tal trajeto não impede o progresso tecnológico, ainda que, em determinados momentos, diminua sua marcha em função de não inserir em seu complexo explicativo os nexos entre as

particularidades. Desse modo, as fronteiras criadas dentro do processo de conhecimento do real encontram limite no próprio real que se nega as simplificações arbitrárias.

Mediante a impossibilidade de enquadrar o real ou de tratar o não emoldurável como meros *outliers*, a resposta da comunidade científica caminha por, ao menos, duas rotas: a superação da disciplinaridade ou a superação da incomensurabilidade paradigmática. Ambas, ainda que de formas distintas, seguem o pressuposto da primazia da ideia sobre a materialidade. Portanto, oferecem como solução o próprio fator que gera o problema. Resposta aceita - ainda que com resistência pelos mais ortodoxos -, uma vez que ela não impossibilita o avanço do progresso tecnológico, tampouco obstaculiza a manutenção das formas de controle antagônicas da sociabilidade do capital. O resultante desse movimento é, antes, a exacerbação da competição - e de todos os males para a saúde física e mental - entre produtores de conhecimento ao invés do que a produção de um conhecimento que dê conta de explicar o próprio desenvolvimento histórico em sua totalidade. Concorrência que é característica inexorável do modo de produção em que vivemos e que exaspera a competição entre produtores, mas que resume o problema a uma questão de falta de diálogos, intolerância, ortodoxias, etc. Consiste, mais uma vez, no fenômeno explicado pela sua aparência.

A Ciência Administrativa não está apartada desse movimento. Tendo como objeto fundante de sua disciplinaridade o processo de produção enquanto processo de valorização, já de início necessita tomá-lo de forma parcializada e estar a serviço de um determinado progresso tecnológico. Porém, como dito, os elementos do real não comportados dentro dessa forma hegemônica de produção de conhecimento se impõem, e a necessidade de romper com a disciplinaridade e/ou paradigmas também é acionada pelos estudiosos do “administrar” e a resposta, em sua forma mais desenvolvida, institui-se enquanto parte do campo disciplinar da Ciência Administrativa como Estudos Organizacionais. Acirram-se, portanto, os conflitos frutos da competição entre os produtores de conhecimento, afinal, em última instância, aqueles cujas ideias resultarem em tecnologias a serem inseridas no processo produtivo permitindo intensificar o processo de valorização, poderão, mais facilmente, acessar os escassos recursos - que assim o são, não por serem

escassos - destinados à produção de conhecimentos.

Sumarizando, as necessidades do processo de valorização do valor condicionam o próprio processo de produção de conhecimento científico e as relações entre os produtores desse conhecimento. Adoecimento físico-psíquico, assédio moral e sexual, suicídio, empobrecimento relativo, etc. não são, portanto, desdobramentos surpreendentes desse processo. Negar esses desdobramentos passa por compreender, igualmente, que impingimos a nós, produtores de conhecimentos científicos, o mesmo que o conhecimento que produzimos impinge aos que estão envolvidos no processo que temos como objeto de investigação, independente de ser esse conhecimento resultado de diálogos disciplinares, paradigmáticos ou, não serem. Eis uma necessidade posta: alterar as mazelas dos desdobramentos das relações entre os produtores de conhecimento demanda superar os modos de produção desse conhecimento.

E, nesse sentido, uma possibilidade de mediação necessária também se apresenta: o Materialismo Histórico Dialético, doravante, MHD. Nesse sentido, objetivamos refletir sobre *as potencialidades emancipatórias que a adoção do MHD pode produzir, em especial a partir das Ciências Administrativas, uma área da ciência que se propõe a inquirir como os seres humanos organizam suas relações de produção e reprodução objetiva-subjetiva da vida*. Ademais, além de produzir conhecimento científico também é a área que mais forma trabalhadores e trabalhadoras especializadas conforme uma determinada necessidade da divisão técnica do trabalho, haja visto que a Administração é a graduação mais procurada no Brasil (CFA, 2016). Estaria a Administração contribuindo para a limitação do campo da visão cognitiva de pesquisadores e gestores em razão de intentar manter a ordem vigente em detrimento de uma possível (e desejável) transformação (LOWY, 2000)? Eis uma pergunta que convidamos o leitor e a leitora a responder.

Para possibilitar que aqueles e aquelas que nos lêem produzam suas próprias conclusões, estruturamos esse texto de modo a apresentar uma reflexão sobre a limitação, tanto da perspectiva positivista e seus desdobramentos que, ao fatar o real estabelece as fronteiras disciplinares como obstáculos para conhecê-lo, quanto às limitações das propostas que visam a multi, inter e

transdisciplinaridades enquanto luta contra-hegemônica, porém, não necessariamente emancipatória. Após, apresentamos a potencialidade do MHD de tornar o real concreto em concreto pensado, trazendo para a compreensão a contradição capital-trabalho e a necessidade da superação da propriedade privada dos meios de produção enquanto elemento determinante para superação da auto-alienação do trabalho.

A ciência de Marx, as ciências administrativas e os estudos organizacionais

Sabemos que a dificuldade na compreensão e uso do método marxiano se inicia pelo fato de Karl Marx não ter deixado em seus escritos uma sistematização de procedimentos, apresentando apenas observações pontuais e esparsas em algumas de suas obras (LOWY, 1991; NETTO, 2011). Mas isso não decorre de uma negligência, trata-se do desdobramento de sua postura frente ao real-concreto e à produção do conhecimento sobre esse real. O MHD, diferente do método positivista e dos demais que compõem o que Tonet (2013) chama de ciência moderna, não está sustentado em uma perspectiva epistemológica, no seu lugar, investiga-se a gênese dos fenômenos a partir da ontologia do ser (LUKÁCS, 2013).

Marx fez uso do seu próprio caminho para perscrutar o movimento real de constituição da sociedade burguesa, caminho investigativo que adotou por toda a sua obra e que é um desdobramento da superação das limitações produzidas pelos sistemas filosóficos que o precederam, à guisa de exemplo: A lógica dialética de Georg Hegel e o materialismo de Ludwig Feuerbach. O objeto da investigação de Marx foi o sociometabolismo do capital e como ele se desenvolveu na sociedade burguesa. O filósofo de Trier buscou compreender os nexos dos fatores determinantes que fazem a sociabilidade capitalista ser o que ela é. Na multiplicidade do diverso, desvendou as categorias universais e seu devenir necessário (ARON, 1999; NETTO, 2011; CHAUI, 2012), permitindo, portanto, compreender as manifestações universais em suas particularidades e singularidades dentro do movimento de totalidade do real.

Partindo das relações sociais como elas se apresentavam de forma imediata a ele, Marx perscruta a lógica interna do desenvolvimento do objeto, os nexos

entre os múltiplos determinantes que produzem o objeto em tela como ele o é. Tendo como objeto as relações sociais capitalistas, Marx chega a contradição essencial desse modo mais desenvolvido de valorização do valor: a contradição capital-trabalho. Logo, não é surpresa que a constituição de um campo de produção de conhecimento que atende as necessidades de valorização do valor pode - ou mesmo deve - prescindir do MHD. Grifamos isso, antes de ir além, para já esboçar que não é a ausência de um capítulo ou de um livro sobre o método que tornou “supérfluo” o MHD, o fazer científico é igualmente objeto de certames, assim tampouco um discurso do método o tornaria a forma hegemônica de conhecer o real-concreto.

O processo de valorização necessitou, num primeiro momento, do método de produzir conhecimento que quando

quis descer àquelas que eram mais específicas, apresentaram-se diante de mim tão variadas que não acreditei que fosse possível ao espírito humano distinguir as formas ou espécies de corpos que existem sobre a terra, de uma infinidade de outras que poderiam nela existir, se fosse a vontade de Deus colocá-las nela, nem por conseguinte, torná-las de nosso uso, a não ser que se busquem as causas a partir dos efeitos e que se recorra a muitas experiências específicas (DESCARTES, 2006, p. 66)

O real-concreto, na perspectiva descartiana, torna-se possível de apreensão cognitiva por meio de sua manifestação entre efeito-causa, carece, assim, de um recorte cada vez mais milimétrico para que relações sociais que aparecem como efeito não sejam atribuídas às causas que não as produziram. E se o método cartesiano foi “atualizado” por Popper ou por Kuhn, a lógica matemática, isto é, abstrata e mecanicista, segue como elemento basilar. Ademais, muitas experiências específicas são necessárias para que se produza um conhecimento válido (por isso, a descrição de como essas experiências são coletadas do real é imprescindível e, em uma apreensão superficial da filosofia daquele autor, a replicação de questionários torna-se um fenômeno entre os pesquisadores que não estão na vanguarda da produção de conhecimento científico).

O exame sobre o desenvolvimento do campo das Ciências Administrativas permite compreender a necessidade de parcialização do objeto, contudo, antes disso, consideramos pertinente destacar os diferentes aspectos do processo de produção. Enquanto unidade entre o processo de trabalho (produção de valores de uso) e o processo de formação de valor (tempo em

que o trabalho produz o necessário para a reposição dos valores necessários a produção da capacidade de trabalho) o processo de produção é um processo de produção de mercadorias. Por sua vez, como unidade do processo de trabalho e do processo de valorização (processo em que se produz valor, em que se produz mais valor) é a forma capitalista de produção de mercadorias.

O capital, portanto, não é apenas o comando sobre o trabalho, como diz A. Smith. Ele é, em sua essência, o comando sobre o trabalho não pago. Todo mais valor, qualquer que seja a forma particular em que mais tarde se cristalice, como o lucro, a renda, etc., é, com relação à sua substância, a materialização [*Materiatur*] de tempo de trabalho não pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma determinada quantidade de trabalho alheio não pago. (MARX, 2013, p. 602)

É necessidade da própria lógica capitalista - a qual os capitalistas privados também estão submetidos -, aumentar o tempo em que o processo de trabalho é também processo de valorização. É, imprescindível, portanto, que haja um controle do uso dos fatores (força de trabalho, matéria-prima e meios de produção) no processo de trabalho,

Na imediatividade do processo produtivo capitalista já desenvolvido, o momento da produção aparece como sendo um módulo autônomo da sociedade, e, no interior das indústrias particulares, o processo de trabalho precisa ser planejado, controlado, dirigido, comandado em nome do processo de valorização, como denotam os manuais da moderna Administração e sua organização científica do trabalho. Assim, *Tempos e Movimentos, Os princípios da Administração, a Escola das Relações Humanas* não são três “escolas científicas” que se opõem ou divergem, mas um movimento unitário, ainda que não idênticos. Observando o fator subjetivo do trabalho no processo ativo de produção e formação de valor, esses ideólogos do capital assentaram a pedra angular de uma ciência que, em sua essência, objetiva transformar trabalho em trabalho não pago; trabalho necessário em mais trabalho. Destacamos que, em medida alguma, aperfeiçoar o processo de trabalho é, *a priori*, o problema em questão. O problema está em aperfeiçoar o processo de trabalho tendo como fim último o processo de valorização. Como na Ciência Administrativa, o ponto de partida é o processo de trabalho enquanto processo de valorização, as técnicas e as tecnologias desenvolvidas já trazem em si a contradição capital-trabalho.

Não nos deteremos sobre a necessidade do desenvolvimento de um conjunto

de ideias que funda a disciplina administrativa realizada por Henri Fayol e reatualizada constantemente por outros ideólogos do capital. A reflexão realizada por Paço-Cunha em outro texto desta obra expõe com maestria sobre a função do gestor. Porém, destacamos uma colocação de Marx sobre essa profissão, que demonstra porque, ao lado dos estudos do trabalhador no processo de trabalho, necessitou-se também produzir “cientificamente” o lugar do Administrador na divisão técnica do trabalho (que, sob o capitalismo, é também uma divisão social do trabalho).

Se a direção capitalista é dúplice em seu conteúdo, em razão da duplicidade do próprio processo de produção a ser dirigido - que é, por um lado, processo social de trabalho para a produção de um produto, e por outro, processo de valorização do capital - ela é despótica em sua forma. Com o desenvolvimento da cooperação em maior escala, esse despotismo desenvolve suas formas próprias. Assim que o capitalista é inicialmente liberado do trabalho manual tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima com a qual tem início a produção verdadeiramente capitalista, agora ele transfere a função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores individuais e dos grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados. [...] O trabalho de supervisão torna-se sua função fixa e exclusiva (MARX, 2013, p. 407).

Posto isso, voltamos a indicar a leitura do texto de Paço-Cunha e seguimos na nossa reflexão, pois não é nosso objetivo aqui entrar nas críticas internas a cada teoria desenvolvida nos estudos tidos como clássicos da Administração. Frisamos apenas como o conhecimento desenvolvido na Ciência Administrativa prescinde do MHD para a produção de um conhecimento que em sua origem presta tributo ao processo de valorização. E, nesse sentido, a hegemonia do método cartesiano (positivista, funcionalista, estruturalista... e todos os demais) se deve não a sua capacidade de produzir um conhecimento do real, mas de produzir um conhecimento que é necessário ao real da valorização do capital, ainda que, em alguns momentos se aproxime do real em si. Observamos como o próprio método científico hegemônico é resgatado para possibilitar a continuidade do conhecimento parcelar – da parcialização do objeto – quando focamos o processo de complexificação sofrido pelas Ciências Administrativas.

Se a Ciência Administrativa advoga para si um recorte que, em um primeiro momento, transforma o processo de trabalho num objeto científico - circunscrito a particularidade da produção capitalista, mas com anseios de universalização, haja visto os livros de Teoria Geral da Administração iniciarem sua explanação pelos tempos históricos egípcios, babilônicos, etc. (MAXIMILIANO, 2012) - que se desenvolve enquanto processo produtivo

da grande indústria, o processo de valorização do capital, ainda que ocorra nesta instância, não se resume a ela. Justamente por isso coloca aos investigadores comprometidos com a valorização do valor a necessidade de compreender o processo de produção em sua totalidade. Marx (2011, p. 53) destaca que “o resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade”.

Já destacamos que a chamada Organização Científica do Trabalho tem como objeto o momento (ou fator) da produção, porém, não o considera como um momento (ou fator) particular e preponderante da totalidade, de uma unidade do diverso (cujos outros momentos são distribuição, troca e consumo). Marx (2011, p. 44), no texto de 1857-1858, observa que os economistas têm uma visão superficial sobre a processo geral da produção, apontando que

[...] na produção, os membros da sociedade apropriam (elaboram, configuram) os produtos da natureza às necessidades humanas, a distribuição determina a proporção em que o indivíduo singular participa desses produtos; a troca o provê dos produtos no consumo, finalmente, os produtos devêm objetos do desfrute, da apropriação individual.

A produção de uma área de conhecimento sobre o controle do processo de trabalho com fins à valorização do valor somente poderia tomar o que de imediato se coloca como necessidade primeira do capital e de maneira superficial. E, quando o real do processo geral da produção se impõe, a Administração, assim como ocorre em outras áreas da ciência, incorre na mesma superficialidade, ainda que, na aparência, esteja aprofundando o conhecimento do real por meio da especialização do produtor científico.

À guisa de exemplo, numa livre vinculação entre as áreas tradicionais da Administração e a teoria marxiana, podemos mencionar que demandas da esfera da produção e da circulação das mercadorias - relacionadas ao capital fixo e a composição técnica do capital - são explicadas e operacionalizadas pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras vinculados à subárea da Logística e Produção; pesquisadores e pesquisadoras da área de Recursos Humanos ocupam-se do controle do capital variável, em outras palavras, do trabalho vivo, do humano enquanto trabalhador subsumido ao capital; pesquisadores e pesquisadoras da área de Marketing ocupam-se, em geral, das possibilidades subjetivas da circulação das mercadorias e de seu consumo, do *modus operandi* do humano enquanto consumidor¹, do coroamento do ato desumano

de consumir no sistema de capital, o reino dos estudos científicos da fetichização da mercadoria. Controlar o investimento do dinheiro enquanto capital e os processos de troca do próprio dinheiro enquanto mercadoria, recaí sobre os ombros dos que se dedicam à subárea “finanças”; etc. Portanto, o processo de produção das condições de reprodução da existência, que segundo Marx, é uma totalidade composta de quatro momentos (produção, distribuição, troca e consumo) é desmembrado, cortado, esquartejado, para que a compreensão da essência do real seja obstaculizada e a contradição capital-trabalho seja apresentada como uma reação harmoniosa e universal para a história da humanidade.

A obstaculização é necessária, posto que a responsabilidade do cientista administrativo acaba logo ali, quando suas descobertas produzem além do que se propõem (o desenvolvimento das forças produtivas), ou justamente pelo o que se propõem (o desenvolvimento das forças produtivas sob o comando do processo de valorização do capital): a intensificação do empobrecimento físico e espiritual da humanidade. A imposição do real do capital e sua necessidade de uma ciência que colabora para o processo de desumanização do humano é exposto em sua imediaticidade na Ciência Administrativa.

A parcialização dessa produção do conhecimento e a reprodução da aparência do fenômeno permitiram a produção de “vácuos”. Certos elementos do real não cabem nas explicações do real. Há dissonâncias entre a explicação do real e o real vivido. Dissonância que mesmo o ideólogo mais comprometido com o processo de valorização do valor não pode ignorar o clamor de que “na prática, a teoria é outra”. Nesse sentido, busca-se adequar conceitos à realidade. (Novamente, esse não é um movimento único à Ciência Administrativa, mas nela, vemos a particularidade do fenômeno acerca da produção de conhecimento no movimento de mundialização do capital). Porém, a solução não priorizou a totalidade do real, mas permaneceu na “importação de teorias”. Seja saltando as fronteiras das disciplinas, seja saltando as fronteiras dos países, seja realizando ambos os saltos. A solução é coerente com a prática dos cientistas modernos: preocupados com a discussão epistêmica, a supremacia permanece aquela da centralidade da subjetividade para a construção do conhecimento do objeto e, assim, a Ciência Administrativa produz uma nova arena no campo de disputa política: os

Estudos Organizacionais. Este, como movimento contra-hegemônico, expande o espectro da disputa política, sustentado em discursividades - e o objeto da Administração permanece esquartejado².

Estudos organizacionais: o movimento contra-hegemônico

Nossa posição enquanto pesquisadoras está alinhada aos estudos de Paço-Cunha (2010) que indica não ser possível haver um estudo organizacional a partir de Marx, visto que organização se configura como uma abstração arbitrária, isto é, apartada da realidade, idealista. Aqui, destacamos somente que existe uma limitação quanto ao conceito organização, em razão da reificação construída historicamente em torno dele e, por ser uma imposição aos pesquisadores do “administrar”, a “organização” por excelência, para se conhecer, são as empresas privadas. Empresas tornam-se “a organização”, aquilo que é formal e burocratizado, ou seja, viria a ser organização uma estrutura sistêmica, um grupo organizado e estável com meios adequados aos fins. Assim, se primamos por adotar essa perspectiva de “organização”, a adoção da administração seria, de fato e tão somente, gerenciamento de uma organização e limitar-nos-íamos a pesquisar técnicas para intensificar a exploração do trabalho no limite entre organizações.

Importante salientar a importância de estudar também as organizações públicas, porque se houve algo que os pesquisadores da Ciência Administrativa perceberam desde muito cedo é que o processo de valorização do capital, sua circulação, acumulação e centralização, carecem de um aparato estatal: e a Administração é também uma Administração Pública, como pode ser visto no texto de Dias presente nessa obra. Não nos deteremos nessa parcialização, apenas destacamos como o termo “organização” e o modo weberiano de ler o mundo contribuíram tanto para o avanço do conhecimento à serviço do capital, como para estabelecer as disputas entre os produtores desse conhecimento, que, conforme avança nas especificidades do mundo, torna incapaz de explicá-lo na unidade de sua diversidade. Assim, o que é característica do real, torna-se elemento de disputa no campo das ideias. Explicações cada vez mais parciais disputam entre si o estatuto de ser a verdade, ainda que para isso se neguem enquanto verdade.

Para resolver as disputas não se percorre o caminho de ir ao encontro do real, deixar que a materialidade seja o centro da produção do conhecimento, ao contrário, optou-se por trazer para o campo da ciência o argumento central do campo da política burguesa, mas em sua concepção mais clássica: a democracia. O apelo para que as contradições sejam resolvidas pela arte do diálogo é realizado, afinal, elas são entendidas como resultados das contradições do discurso já de partida, pois, para Clegg e Hardy (1998, p.30), estudos organizacionais podem ser definidos como uma série de conversações, em particular aquelas dos pesquisadores dessa área que ajudam a constituir organizações por meio de termos derivados de paradigmas, método e suposições, todos decorrentes de conversações prévias - os estudos organizacionais somente podem ser considerados sendo isso, se a própria ciência for isso.

Nesse caminho, percebemos que Estudos Organizacionais se expressa como um grupo de pesquisadores que atuam dentro da área disciplinar científica da Administração - mas não somente³ -, organizados politicamente em torno do discurso de combate ao positivismo e que, para isso, têm como objeto não apenas empresas, mas, igualmente, grupos, associações, movimentos e qualquer forma de reunião social. Em geral, o combate ao positivismo nessa área de prática social é nominado como uma produção de conhecimentos críticos: estudos críticos, análises críticas, teoria crítica... Formas particulares de crítica disputa pelo “lugar universal da Crítica”. Combater o hegemônico seria somente combater o positivismo ou, de modo mais específico, o *mainstream*, ou também passaria por questionar a posição dos críticos da administração? Ou ainda, pela realização da autocrítica?

No Brasil, os saltos entre fronteiras geopolíticas e/ou paradigmáticas foram impulsionados pela publicação do *Handbook* de Estudos Organizacionais, uma tradução do *Handbook of Organization Studies* (1996), que ganha sua versão em português apenas em 1999. O primeiro evento dedicado especificamente para os estudos organizacionais aconteceu no ano 2000 organizado pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e desde então tem crescido o quantitativo de pesquisas nesse campo (CRUBELLATE, 2005). Porém, não nos deixamos enganar. A tradução desse livro é um veículo para legitimação de uma disputa dentro da Ciência Administrativa que já existia na prática dos

pesquisadores brasileiros, um movimento necessário para reforçar os estudos de combate ao hegemônico - afinal, se a Administração nos países desenvolvidos também estuda “coisas diferentes”, quem seriam os “colonizados” que questionariam a necessidade desses estudos em *Terra Brasilis*? Em resumo, fronteiras geopolíticas são mais uma vez ultrapassadas para legitimar estudos que mesmo não compreendendo o real em sua totalidade serão alçados ao *status* de saber científico em Administração no movimento de valorização do capital.

Cabe salientar que na década de 1990 ainda não havia a área de Estudos Organizacionais (EOR) como um subcampo dentro da Administração de forma delimitada. Somente mais adiante surgiria a área de Estudos Organizacionais na academia brasileira, inspirada nos modelos anglo-saxões como aquela que congrega os pesquisadores não-positivistas, o que não representa necessariamente homogeneidade de ideias ou mesmo método, a área é, de fato, multifacetada (RATZ, 2016), porém, algo mantém a unidade: a produção do conhecimento segundo uma perspectiva gnosiológica (FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018) e o ponto de vista da classe capitalista para compreensão do mundo (FERRAZ, 2016).

Embora o campo dos Estudos Organizacionais seja apresentado como um campo construído por uma série de conversações, tais conversas são determinadas por um conjunto de paradigmas. Destacamos, para encurtar o caminho, a forte influência dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979) nos estudos organizacionais (CASSUNDÉ; BARBOSA; MENDONÇA, 2016), tão utilizados quanto questionados. Baseados na ideia de revoluções científicas de Thomas Kuhn, Burrell e Morgan (1979) traçaram um quadrante que apresenta em seu eixo horizontal as perspectivas teóricas que se deslocam do subjetivismo ao objetivismo e no seu eixo vertical o deslocamento entre a sociologia da mudança radical até a sociologia da regulação, assim, do cruzamento, surgem quatro possibilidades de método científico nas ciências sociais, ou seja, eles prescrevem em cada um dos quadrantes, uma epistemologia e uma pretensa ontologia correspondente. Para Burrell e Morgan (1979), portanto, o conhecimento pode ser enquadrado em:

a) Funcionalismo. Guiado por uma epistemologia que busca predizer as

relações de causa e efeito, numa acepção positivista semelhante ao método das ciências naturais. Busca manter as coisas como estão e para isso intenta resolver os conflitos para que os fenômenos apresentem um funcionamento regular e previsível. Ontologicamente, portanto, acreditam num realismo e num determinismo.

b) Interpretativismo. A epistemologia é antipositivista, pois seus pesquisadores defendem que a ciência social deve compreender a subjetividade dos sujeitos, valendo-se de técnicas de pesquisa que permitam o surgimento de uma ontologia que mantenha a intencionalidade e o poder de transformação dos indivíduos.

c) Estruturalismo radical. Inicialmente, radical no sentido de ortodoxia, uma vez que essa abordagem guia-se por uma transformação social. Sua epistemologia é guiada pela objetividade, e pela ideia de uma natureza humana determinística, defendem uma ontologia realística, se diferenciando do funcionalismo por estar inclinado à mudança.

d) Humanismo radical. Neste último quadrante, traz uma epistemologia antipositivista, uma ontologia realista, uma natureza humana voluntarista utilizando de procedimentos metodológicos que permitam compreender não apenas a aparência, mas a essência dos fenômenos.

Assim, os paradigmas de Burrell e Morgan (1979) são uma espécie de mapa direcional para estudantes de pós-graduação⁴. Segundo Burrell (1998, p.447):

Deve ser dito que paradigmas definem, em um senso acordado e profundamente assentado, uma forma de ver o mundo e como este deveria ser estudado, e que este ponto de vista é compartilhado por um grupo de cientistas que vivem em uma comunidade marcada por uma linguagem conceitual comum, que buscam fundar um edifício conceitual comum, e que são possuídos por uma postura política muito defensiva em relação aos de fora.

O MHD, por sua natureza ontológica, não cabe em nenhum quadrante, ao revés, nega as epistemologias ao extrair as categorias investigativas do próprio objeto, conforme veremos adiante.

Assim, a estruturação da pesquisa e do ensino da Administração pressupõe que professores, pesquisadores, estudantes escolham um paradigma, como em uma prateleira, após a seleção que melhor atende as suas expectativas vão

ao campo para comparar teoria e prática ou, produzir um diálogo entre esses paradigmas e entrar no combate defendendo a pertinência de tal diálogo, para aproximar o real da explicação dada sobre ele. A perspectiva marxiana da práxis compreende objetividade e subjetividade, teoria e prática, no mesmo movimento, uma lógica dialética que subsume a lógica formal. Ao transpor o real para o pensamento, a cisão entre a prática e a explicação da prática não se apresenta, pois o que em geral é compreendido como “diferente”, “não consoante” - e quiçá *outliers* - agora é expresso, por meio dos nexos do próprio real, como conflitos e contradições que existem no real.

Percebemos, assim, que a maior parte dos estudiosos das organizações, que constituem a chamada área de Estudos Organizacionais, estabelecem uma luta política em defesa de seu campo de atuação dentro da Administração, sem, contudo, romper com os pilares da ciência moderna que se coloca à serviço do capital ou que produziu a própria Administração como a sua ciência. Ainda que esse serviço não seja de forma tão imediata, como gostariam alguns pesquisadores da área. Como Bertero, Caldas e Wood (1999, p.150) observaram

A produção brasileira, segundo levantamento realizado por Bertero e Keinert (1994), seria de inclinação predominantemente acadêmica, o que indica pouca preocupação com aplicabilidade e pouca atenção ao universo gerencialista e à problemática concreta enfrentada por executivos. Os autores argumentam que a produção nacional seria portanto um fenômeno da academia, nela gerada e por ela própria consumida. Constatação similar havia sido feita por Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990). Sua pesquisa revelou a falta de interesse por temas relacionados a aplicações práticas.

Fica latente o fato da Ciência Administrativa se reproduzir para atender aos interesses do capital, seja de forma direta, por meio de pesquisas para um capitalista particular (logística da Coca-Cola; marketing do Google; planejamento estratégico do Itaú), como os desejos dos autores supracitados, pois somente assim a Universidade estaria atendendo as necessidades da sociedade - porém, cabe indagar: as empresas particulares podem ser consideradas representantes universais da sociedade? Bem, esse é o desejo de muitos ideólogos do Capital, conforme pode ser visto em texto de Ferraz et al (2012) que problematizou o modelo hélice tríplice enquanto elemento que resolveria o distanciamento entre universidade - como reduto de produção de conhecimento - e as empresas - como sinonímia da sociedade.

A acusação de que a pesquisa administrativa fica restrita à sociedade científica não se sustenta em uma sociedade cujo capital é o senhor. O que os pesquisadores em questão observam é a imediatividade do fenômeno e não sua essência: ainda que denominada Ciência Social Aplicada, isso não significa que o resultado de cada pesquisa deve ser, de forma direta e imediata, a implantação de algo no processo produtivo. A necessidade de que as pesquisas na Administração não se tornem desenvolvimentos de tecnologias próprias à aplicação direta em empresas específicas é uma necessidade do próprio campo administrativo para se manter com *status* de ciência, caso contrário, abrir-se-ia o flanco para as demais áreas da ciência reivindicarem verbas orçamentárias por meio do desvelamento dessa área de saber como mero campo de doutos consultores. Ademais, também é uma necessidade do próprio desenvolvimento das forças produtivas do capital que se reproduz em geral e não apenas nas singularidades de Pessoas Jurídicas específicas.

O fato é que dentro da área de Estudos Organizacionais, se por um lado o grupo se posiciona como *unidos na luta contra a hegemonia vigente*, o contra-hegemônico tem sido realizado a partir do modo positivista de fazer ciência e não o modo antagônico do controle da sociabilidade humana. Colocar-se contra o hegemônico permitiu certos avanços na produção do conhecimento sobre o real, não desconsideramos isso. Temas como opressões de gênero e racismo; adoecimentos dos trabalhadores em virtude da fome de valorização, etc., foram (re)introduzidos como objetos de estudos da Ciência Administrativa. Porém, a mirada contra a hegemonia segue utilizando chaves analíticas que, em última instância, resultam em propostas de aperfeiçoamento do/no próprio capital. Denunciando condições subumanas, as amenizam discursivamente tanto quando advogam que ressignificar seria um meio de solucionar os problemas, quando destacam que as resistências são de cunho individual porque o lugar de fala ganha primazia sobre a luta coletiva. Nessa luta contra a hegemonia do positivismo, os pesquisadores tomam diversos caminhos, valem-se de outras epistemes, porém, chegam a lugares muito próximos. Em outras palavras, orientam reformas na sociabilidade do capital, que, em alguns casos, oportunizam, na prática, a intensificação da exploração e a minimização das formas coletivas de resistência. Sobre reformas, Marx não deixa dúvidas: não há humanização possível no modo de produção capitalista, visto que seu princípio - a

exploração do homem pelo homem - é, por si só, desumanizante (MARX, 2015).

Assim, a desconfiança que temos e que nos move a perscrutar o potencial emancipatório de estudos produzidos dentro dessa área disciplinar a partir do MHD que é necessário repensar a própria ideia do que é ciência, especialmente as ciências sociais, visto que o desenvolvimento tecnológico proveniente das ciências naturais tem seu próprio *modus operandi*, enquanto as ciências sociais operam noutra direção, no humano, social e histórico. Ademais, trata-se de uma ciência burguesa que, como todas as demais instâncias da sociabilidade burguesa privilegia uma parte ínfima da população enquanto explora e desumaniza todo o restante. Portanto, percebemos que para seguir seu desígnio, a Ciência Administrativa e, especificamente, os Estudos Organizacionais, dispensa o MHD. Logo, lançar mão deste “método” é o ato de mais alto grau subversivo, pois ele não se coloca como um meio para o embate contra-hegemônico (ainda que o seja), mas como o método contra o Capital. Eis a primeira potencialidade do uso do MHD: fazer da luta contra-hegemônica um meio e não um fim.

O materialismo histórico e dialético: porque a luta contra hegemônica não é o fim

Seguimos nossa argumentação, destacando que o MHD conjuga-se em dois momentos inter-relacionados: o momento da investigação e o momento da exposição (MARX; ENGELS, 2007). Como exemplo, recomendamos as obras *Grundrisse* (escrito em 1857) e *O Capital* (escrito em 1867), cuja primeira é o registro da investigação e a segunda obra é o registro do método da exposição, relembramos, em nenhuma há, assim como nos textos científicos que adotam a perspectiva gnosiológica, um capítulo que se ocupa meramente de expor os instrumentos utilizados no caminho percorrido para a execução da pesquisa. Isso porque, nessa forma de produzir ciência, a razão necessita comprovar como procedeu para construir seu objeto de estudo e inquiri-lo; naquela, é o objeto que determina o caminho e ele só pode ser um caminho contraditório, posto que a contradição é do real.

No MHD o momento da investigação é movido pelas dúvidas e pelo caos, momento em que o pesquisador deve se debruçar sobre todas as mediações,

até deparar-se com o real, um processo complexo e dialético⁵. “Captar detalhadamente a matéria, analisar suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real”. (MARX, 1996, apud DUAYER, 2011, p. 16)

O processo de abstração é aqui um movimento necessário: destacar do real imediato aquilo que é comum nas diferentes fases de desenvolvimento do fenômeno e chegar a seus elementos determinantes universais é o caminho para apreender o *uno* no diverso e as conexões dos aspectos diversos. Particularidades do universal é o que constitui seu próprio desenvolvimento.

Somente após essa fase, inicia-se o movimento de reconstrução, quando se registra o objeto do mais simples para o mais complexo, contudo agora não mais se tratam de dúvidas, mas de representações do real, ou seja, o momento da exposição é a representação do concreto em sua forma pensada (MARX; ENGELS, 2007; MARX, 2013), quando então as diferenças do universal se revelam como a particularidade da manifestação do universal. Esse movimento não se pretende prescritivo, pois o que está em ação durante todo o processo de pesquisa é a compreensão das diversas mediações que explicam a gênese do objeto enfrentado.

O objeto posto no centro da produção do conhecimento: a primazia da materialidade sobre a ideia.

[...] o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como concreto pensado. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto. [...] o sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça (MARX, 2011, p. 54-5).

Ressaltamos, portanto, que o critério que assegura o rigor científico no MHD não está pautado pela precisão do método de construção do objeto - pelo uso de determinados instrumentos de coleta de dados ou por determinado percentual de representatividade amostral, para simplificar a questão. O rigor científico está na relação entre o conhecimento produzido e o real concreto. A demonstração da apreensão científica do objeto se dá pela reprodução do real - em sua essência - no campo das ideias. O real concreto como real pensado aparece, no final do processo, como síntese do pensamento; mas só o é porque no fenômeno ele é a unidade do diverso. Um diverso que é

investigado em si e nas mediações que os ligam no movimento contraditório de desenvolvimento das práxis humanas.

Partimos do simples para o complexo, o inverso do que ocorre na ciência positivista burguesa, que transforma o complexo em simples, processo que é base para a constituição das disciplinas. Eis uma das razões pelas quais consideramos redundância afirmar que pesquisas sustentadas no MHD são multidisciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares. Na transmutação do concreto em concreto pensado, não há disciplinas. O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, como coloca Marx (2011). Tais determinações somente encontram-se limitadas por fronteiras disciplinares “na cabeça dos pesquisadores”⁶ que ignoram a categoria da totalidade e a supremacia do real. Cabe lembrar, quando observamos que a centralidade é do objeto, que a perspectiva a ser adotada é a ontológica, e que estamos apontando para a primazia da materialidade da vida sobre a ideação do vivido. E primazia não envolve exclusão da subjetividade na objetividade vivida. Subjetividade e objetividade são dois momentos de um mesmo fenômeno, do qual a última tem primazia (BICALHO, 2014; FERRAZ; FARIA, 2017).

Portanto, a “reinvenção” da ciência não está no comprometimento da construção de pesquisas multi-inter-transdisciplinares, mas no resgate da categoria totalidade para a produção do conhecimento que parte da materialidade da vida. Não queremos dizer com isso que os esforços na realização de estudos multi-inter-trans são inócuos. Queremos dizer que tais empreendimentos são descontinuidades dentro da continuidade fronteira das disciplinas. Superar as disciplinas, portanto, carece, além de assumir a perspectiva ontológica, a adoção da categoria totalidade.

Porém, cabe ressaltar, ao assumir a categoria da totalidade expande-se o horizonte de observação do pesquisador e, no movimento de produção do concreto pensado, “queira ou não queira” o produtor do conhecimento depara-se com a necessidade de assumir o ponto de vista de classe. Como dito, para Marx (2011), a ciência é a transmutação do concreto em concreto pensado, é fazer reproduzir no pensamento a essência do que existe no real em suas múltiplas formas de manifestação. Desse modo, não há como estudar a forma de organização histórica do capital sem trazer à tona a constituição

contraditória e antagônica das classes (LOWY, 2000).

Os pesquisadores positivistas afirmam que a ciência precisa estar separada dos valores do sujeito-pesquisador, por sua vez, ao analisamos os resultados desse modelo de ciência percebemos que não há neutralidade, visto que os critérios e conteúdo científico defendem os interesses da classe capitalista. Tal defesa se percebe ao produzir conhecimentos que, comprometidos com a apreensão fenomênica do real, colaboram apenas para a perpetuação do modo antagônico de controle do metabolismo social, ainda que, para isso, sejam revestidos de neutralidade fazendo-se passar-se por dotados de intenções gerais (LOWY, 2000; DANTAS; TONELO, 2016).

Tal ideologização da ciência pode ser exemplificada tomando o desenvolvimento das ciências sociais em paralelo ao desenvolvimento da economia política. Vejamos. A investigação da sociedade capitalista pelos economistas do final do século XVIII e início do século XIX transparecia uma naturalização do estágio do desenvolvimento social daqueles idos, de maneira que seus critérios científicos, exatamente pelo fato de não contemplarem as mediações que constroem os objetos, detinham-se à aparência dos fenômenos, gerando, com isso, explicações parciais, fazendo entender que não haveria possibilidade de uma transformação social, não obstante, esses economistas clássicos como Smith e Ricardo foram lidos com afincos por Marx, que reconhecia neles o atendimento de uma intenção genuína de uma objetividade científica, embora não conseguissem reconhecer o movimento do real (MARX, 2008; 2011). Isto é, esses economistas, embora estivessem intencionados em compreender a realidade, dada sua limitação investigativa - seja pela perspectiva de classe, epistemologia, e por desconsiderar a historicidade, contradição e totalidade na análise, etc. - não conseguiram compreender a essência, detendo-se às sombras da realidade. E, nesse sentido, nem a categoria valor, nem a categoria trabalho foram expressas no que elas realmente são, por exemplo. Porém, o que aqueles economistas políticos frisaram era o suficiente para explicar o mundo que se produzia e a importância da classe capitalista nessa construção. A importância da classe capitalista frente à nobreza que não mais assegurava o movimento de reprodução da existência do modo feudal que ruía.

A partir do século XIX com a intensificação das lutas de classes (capital e

trabalho) e a consolidação da classe burguesa como classe dominante, esta avançou na exploração dos trabalhadores e cada vez mais buscou legitimar seus interesses. Com isso, a economia clássica - que embora parcial se propunha comprometida com a realidade - foi substituída por uma economia vulgar, o que Marx chama de “sincretismo sem espírito”, pois estes economistas não produziam um conhecimento científico, servindo apenas como dogmatizadores e reprodutores do pensamento dos capitalistas (LOWY, 1991, MARX, 2013).

Nesse contexto, a ciência sobre o social produzida após a Revolução Industrial atuou na reprodução do capitalismo, naturalizando-o e identificando meios possíveis para fortalecê-lo.

Conforme Marx (2011, p. 59) nos ensina

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade *também do ponto de vista científico*, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela *enquanto tal*. (Grifos no original).

Considerando o estatuto científico do século XXI, percebemos que os efeitos da ciência que se autoproclama neutra não tem cumprido as promessas de igualdade, liberdade e fraternidade. Pelo contrário, intensificou o processo de pauperização ao lado do que a neutralidade científica defende: o processo de concentração e centralização do capital. Importante observar o crescente hiato que existe entre aqueles que são os grandes proprietários dos meios de produção e aqueles que somente tem sua força de trabalho para vender - ainda que em certas circunstâncias também necessitam colocar um ou outro meio de produção na transação.

O processo de pauperização da classe trabalhadora é, antes de tudo, um processo relativo a produção da riqueza, logo, a despeito de parte da classe trabalhadora, em determinados contextos e localidades, ter uma melhora nas condições de vida, isso não significa que seu processo de pauperização não esteja em curso. A intensidade do processo de pauperização e seu grau depende, de fato, da voraz capacidade que a classe capitalista tem de apropriar-se do resultado do trabalho alheio. Capacidade que é aperfeiçoada

pelas modernas pesquisas desenvolvidas na Ciência da Administração - ainda que se valha da voz do trabalhador para alcançar esse objetivo.

Por isso, é preciso romper com as ideias preconcebidas de neutralidade do pesquisador, considerando que a busca pelas explicações dos fenômenos não se trata da “boa vontade” de um indivíduo. A ideologia no qual a ciência burguesa se estabeleceu, caracteriza a distância entre sujeito e objeto tal como se fosse um critério de objetividade na busca pela verdade. Entretanto, o resultado desse processo é a reprodução de um sistema alienante e alienado envolto em uma atmosfera de imparcialidade e um discurso do uso da razão, que tem se limitado a apresentar a aparência dos fenômenos, sobretudo por fazer uso de limitados métodos reprodutivos que buscam manter o *status quo* das relações sociais, econômicas e culturais vigentes (LOWY, 2000).

Ao revés, o método de Marx está comprometido com a transformação da sociedade, pois consiste numa perspectiva de ciência revolucionária, isto é, que vai a raiz dos problemas. A ciência crítica realizada por Marx apresenta-se explicitamente vinculada à emancipação humana por meio de assumir-se do lado dos trabalhadores - afinal é o que muitos produtores de ciência o são - (LOWY, 2000; NETTO, 2011), não por uma questão moral, mas por uma questão de necessidade real de sobrevivência do gênero humano, sobretudo, pela humanização da humanidade.

É preciso investigar os problemas da sociedade contemporânea a partir da materialidade das contradições existentes e “a matéria do materialismo histórico-dialético são os homens produzindo, em condições determinadas, seu modo de se reproduzirem como homens e de organizarem suas vidas como homens” (CHAUÍ, 2012, p. 60) - e, nunca é demais lembrar, que essa reprodução é tanto objetiva quanto subjetiva. Nesse caminho, conforme Netto (2011) nos explica, é possível compreender a realidade partindo do concreto para superar a aparência e encontrar a essência do real. É com o comprometimento de chegar à essência do real que o indivíduo-cientista se depara, mais cedo ou mais tarde, com a necessidade do devir emancipatório como uma tarefa histórica da classe trabalhadora – é a classe que produz o valor e a única capaz de emancipar não apenas a si própria, mas todas as demais. Desse modo, assumir o ponto de vista da classista na produção do conhecimento científico não é a mesma coisa que afirmar a permanência

axiológica no processo de investigação, permanência rechaçada por Durkheim, Weber e seus seguidores – apenas para ficar no campo da Sociologia.

Até aqui buscamos demonstrar o potencial emancipatório do MHD, entendendo emancipação como o estabelecimento de relações sociais em que haja a superação da auto-alienação no trabalho (MÉSZÁROS, 2016), pois a superação da auto-alienação do trabalho é condição necessária para estabelecer uma sociedade sem classes, noutros termos, uma sociedade em que não haja a exploração de um ser humano pelo outro.

Para uma tecnologia de pesquisa crítica na administração, mas não somente

A administração se pretende multidisciplinar, face sua base teórica conjugar diversas outras áreas do conhecimento, psicologia, sociologia, matemática, economia, filosofia, antropologia, entre outras. No entanto, como expomos brevemente, o solo para uma possível inter-multi-transdisciplinaridade na academia é estéril no que tange a produção de um conhecimento voltado para a emancipação humana, pois, ainda que possa ampliar as possibilidades de compreender o real, afinal permite tratar aspectos do fenômeno que dentro da disciplinaridade não seriam tratados, o avanço da Inter-multi-transdisciplinaridade ainda fica limitada às fronteiras da perspectiva gnosiológica, não alterando a posição de centralidade do sujeito na produção do conhecimento científico. Carece-se, portanto, superar não tão somente a fragmentação do campo, mas, antes de tudo a perspectiva em que o objeto é uma construção da razão e não ele em si, sua materialidade. Assumindo a centralidade do objeto para a produção do conhecimento, supera-se a própria necessidade de diálogo entre e inter disciplinas, pois esse somente faz-se necessário quando a razão se põe a construir o objeto a ser estudado e logo, as fronteiras da produção do saber. Em suma, a perspectiva em que a produção do conhecimento sobre o real é o processo de transposição do real concreto ao real pensado derruba de imediato as fronteiras artificiais das ciências.

Por isso sustentamos que a produção de um conhecimento contra-hegemônico não passa pelas “interdisciplinaridades” dos Estudos Organizacionais ou pela

luta anti-positivismo, mas pela adoção da perspectiva ontológica com base marxiana, não porque esse seja um conhecimento em disputa com os demais, mas porque em Marx a primazia é do real, e o real, nesse caso, impõe a contradição enquanto elemento ao pensamento, permitindo a compreensão da diversidade em sua unicidade; permitindo produzir um conhecimento que apresente o movimento de desenvolvimento concreto da sociabilidade humana segundo as manifestações singulares e particulares das universalidades. Uma universalidade que é, como aponta Marx, a exploração de uma classe pela outra concretizada, inclusive, pelas mediações particulares das opressões de gênero, racismo e as demais mazelas da produzidas ou reproduzidas na sociabilidade capitalista.

Paço-Cunha e Ferraz (2015) mencionam que:

As diferentes versões do marxismo não apenas são porta de entrada para as demandas da classe trabalhadora no campo dos estudos organizacionais, mas também veículos de sustentação sempre presente da questão prática da emancipação humana como horizonte autêntico, inclusive da produção teórica (PAÇO-CUNHA; FERRAZ, 2015, p.194).

Nossa posição é pela defesa da adoção do MHD como uma ciência crítica, capaz de explicar as contradições da sociedade contemporânea possibilitando, assim, a transformação social. De modo que os estudiosos do campo de Estudos Organizacionais podem e devem se apropriar do modo marxiano de produzir conhecimento para ir além da mera efetivação de seu papel social conforme a necessidade do processo de valorização do valor. Processo que necessita tanto da forma de produção de conhecimento hegemônico como do irracionalismo que tem pautado a produção de certos conhecimentos científicos contra-hegemônicos.

o desenvolvimento dos marxismos nos estudos organizacionais é um tema que merece atenção não tanto pelos vínculos históricos e pelos enlacs de importantes autores no século XX, mas muito mais em razão de resguardar, no interior mesmo desse campo de estudos, o potencial processo autoconstitutivo ao infinito do gênero humano; algo que confronta a dominância das formas teóricas míopes às contradições sociais e, mais importante, a corrosiva invasão das variadas versões do irracionalismo (Paço-Cunha e Ferraz, 2015, p.193).

Como Faria (2016, p.24) nos aclara em seu estudo sobre epistemologia crítica do concreto,

O conhecimento é cumulativo, porém não justaposto, e só se transforma por meio de um processo contínuo de renovação crítica, de recusa à reprodução, de resistência ao dogmatismo, à

sacralização e à transformação dos saberes, inclusive ou principalmente os teóricos, em crenças míticas ou religiosas.

Nesse sentido, não desprezando o papel da política na defesa dos campos de atuação, percebe-se que os desdobramentos da Universidade reforçam as disputas por poder dentro dos Estudos Organizacionais, o que deveria ser um espaço de luta contra o sistema vigente, se configura em movimentos harmônicos com o capital, que limita-se a busca a sobrevivência do próprio campo, para que esses pesquisadores possam manter suas posições. Como Wanderley (2003) demonstra, a universidade é um dos privilegiados aparelhos ideológicos para reproduzir a formação social capitalista, não obstante, existe um devir, pois a universidade “serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social” (WANDERLEY, 2003, p.11).

Outrossim, a principal crítica aos chamados Estudos Organizacionais se configura no fato dessas pesquisas estarem mais comprometidas com reformas que com revoluções. Nossa tese pode ser explicada em razão da adoção que teorias e métodos que buscam meios necessários para a melhoria da vida da sociedade, sem, contudo, levar em consideração o finitude do modo de produção capitalista. Tal posicionamento está coerente com as grandes áreas da administração, que desde sua origem tem como finalidade a reprodução do capital, entretanto, como já dissemos mais acima, os Estudos Organizacionais surgiram e se desenvolveram no combate ao positivismo e discursivamente orientados para emancipação, entretanto, tal emancipação não se refere a necessidade histórica de classe produtora e explorada superar a condição de exploração e constituir-se em uma sociedade de produtores livremente organizados, mas tão somente em um processo em que o indivíduo trabalhador alcança maior mobilidade dentro do capital, não estando assim cerceado pelo poder de um empregador em particular. Tal mobilidade o protegeria de uma submissão às condições específicas de sofrimento físico e mental, porém, a liberdade sentida não passa de liberdade virtual, sendo que nem o trabalhador individual que segue subsumido à lógica do capital, nem a classe trabalhadora, superaram a condição de auto-alienação no trabalho.

Reiteramos que reproduzir a ciência, ainda que se faça uso dos paradigmas sociológicos que se autodenominam antipositivistas, é atuar conforme as

regras do capitalismo, uma vez que a ciência é por essência, meio para reprodução do domínio do capital. A ciência como Marx a realizou não surgiu para opor-se à ciência positivista, pois não é essa a questão principal, o foco está na desocultação da realidade, da busca da essência escondida sobre a aparência. Não se trata de uma adoção dogmática da obra marxiana, consiste, pois, na primazia da realidade sobre a intersubjetividade popperiana - ou ainda a ação comunicativa de Habermas - que regem o movimento científico hodierno. Sendo a sociabilidade dominante a capitalista, não é possível compreendê-la sem levar em consideração as contradições da relação capital-trabalho, e foi Karl Marx quem conseguiu expor suas leis e tendências universais em suas obras.

Temos duas questões aqui: a primeira é que o método de Marx não tem a pretensão de se estabelecer como uma teoria do conhecimento (MONTAÑOS, 2013), o surgimento do método de Marx se deu a partir de uma totalidade para conseguir reproduzir o movimento do real, uma vez que as pesquisas até o século XIX escondiam as contradições do sistema capitalista, e, dessa maneira, não ultrapassam a aparência dos fenômenos. A segunda questão consiste no fato de que a ciência positivista, por reforçar as ideologias capitalistas, aprimora técnicas e processos que intensificam a exploração da maioria da humanidade por um pequeno grupo social, enfim, oportuniza a reprodução da miséria humana como coisa natural em nome da valorização do valor, podendo ser considerada uma ciência burguesa (LOWY, 2000; NETTO, 2011; DANTAS; TONELO, 2016).

Marx foi além do debate epistemológico ao resgatar a ontologia (LUKÁCS, 2013) – o ser das coisas –, isto é, a gênese dos problemas de seu (do nosso) tempo, e percebeu a necessidade de um rompimento radical com a sociabilidade capitalista, seu fazer científico é, por isso, comprometido com a revolução (NETTO, 2011). Concluímos, então, não há outra perspectiva para a emancipação humana que não passe pelo fim do capitalismo e dentro da academia, pela adoção de um método que corrobora com esse devir, e isso necessita ser assimilado pelos grupos formados pelos pesquisadores dos estudos acerca das organizações para que se supere a fragmentação e, no seu lugar, adote-se uma postura comprometida com a produção de um conhecimento transformador, pois, queira ou não queira, somos trabalhadores, ainda que atuando como ideólogos do capital. E, nesse sentido,

consideramos que alterar o modo de produção do conhecimento - adotando a perspectiva ontológica do MHD - não é suficiente para superar as mazelas produzidas pelo modo de produção antagônico da sociabilidade do capital, mas uma condição necessária para que os trabalhadores produtores de conhecimento se coloquem também na luta pela emancipação humana em suma, contra o capital.

Referências bibliográficas

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. Tradução de Sérgio Bath. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P. & WOOD, T. Produção Científica em Administração de Empresas: Provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, vol. 3, n°. 1, pp. 147-178, jan./ abr.,1999.

BICALHO, R. A. Elementos para uma análise categorial da objetividade/subjetividade em O capital (1867): um aporte teórico para os Estudos Organizacionais Marxistas. Tese de Doutorado, Cepead, UFMG, 2014.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáfora discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W.; CALDAS, M.; FACHIN, R. & FISCHER, T. (orgs.) *Handbook de Estudos Organizacionais. Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais* (Volume 3). São Paulo: Atlas, 1998. pp. 439-462.

BURRELL, G. & MORGAN, G. *Sociological Paradigms and Organisational Analysis. Elements of the Sociology of Corporate Life*. Vermont: Ashgate, 1979.

CASSUNDÉ, F. R.; BARBOSA, M. A. C. & MENDONÇA, J. R. C. A influência da tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros: o que mudou (ou não) nos últimos 15 anos? *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, vol. 6, n°. 1, pp. 238-254, jan./jun. 2016.

CHAUI, M. *O que é ideologia*. 2.ed. Coleção “Primeiros Passos”. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CLEGG, S. & HARDY C. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W.; CALDAS, M.; FACHIN, R. & FISCHER, T. (orgs.) *Handbook de Estudos*

Organizacionais. Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais (Volume 1). São Paulo: Atlas, 1996/1998. pp. 27-57.

CFA - Conselho Federal de Administração – História da Administração. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/administracao/historia-da-profissao>. Acesso em 7 de outubro de 2016.

CRUBELLATE, J. M. Estudos organizacionais no Brasil: do futuro que queremos e do futuro que teremos. *Cadernos EBAPE.BR*. vol. 3, n°. 4, pp. 1-4, 2005.

DANTAS, G. & TONELO, I. (Org.). *O método em Karl Marx: antologia*. São Paulo: Edições ISKRA, 2016.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. Série Filosofar. São Paulo: Escala, 2006.

item DUAYER, M. Apresentação. In: MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro, 2011.

FARIA, J. H. Epistemologia crítica do concreto e momentos da pesquisa: uma proposição para os estudos organizacionais. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, vol. 16, n°. 5, pp. 15-40, set./out., 2015.

FEAUSP – O que é Administração. Disponível em: <https://www.fea.usp.br/administracao/graduacao/bacharelado-em-administracao/o-que-e-administracao>. Acesso em 7 de outubro de 2016.

FERRAZ, D. L. S.; MARUCCI, Valéria & CHAMBERLAIN, Daniela. Modelo Hélice Tríplice: um mecanismo econômico e ideológico para concretizar os interesses do capital. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas* (Online), vol. 13, pp. 115-145, 2012.

FERRAZ, D. L. S. & FARIA, J. H. Sequestro da Subjetividade: Compreendendo a Essência da Produção e Apropriação da Subjetividade do Trabalhador e da Trabalhadora. In: *Colóquio Internacional de Epistemologia e da Sociologia da Ciência da Administração. Anais, VI Colóquio*, Florianópolis, SC, 2017.

FERRAZ, D. L. D. S. A administração de recursos humanos como conhecimento que constitui uma consciência de classe para o capital. *Revista Brasileira de Administração Política*, v.9, n. 2, p. 65-87, 2016.

FERRAZ, D. L. S.; CHAVES, R. H. S.; FERRAZ, J. M. Para além da epistemologia: reflexões necessárias para o desenvolvimento do conhecimento. *Revista Eletrônica de Administração REAd*, v. 24, n. 2,

2018, p. 1-31. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.204.80474>.

LOWY, M. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 7.ed. São Paulo, 1991.

LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Muchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO-DA-SILVA, C.; CUNHA, V. C. AMBONI, N. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: *Anais do 14º Enanpad*. Florianópolis: Anpad, 1990. Organizações. p.11-28, 1990.

MARX, K. *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro, 2011.

MARX, K. *O capital I: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1984*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAXIMILIANO, A. C. M. *Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital*. São Paulo: Atlas, 2012.

MÉSZAROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. Expressão Popular, 2011.

PAÇO-CUNHA, E. Marx e a Organização como abstração arbitrária. *Anais do Encontro Nacional de Estudos Organizacionais da ANPAD, VII*, Florianópolis, pp. 1-17, 2010.

PAÇO-CUNHA, E. & FERRAZ, D. L. S. Marxismo, estudos organizacionais e a luta contra o irracionalismo. *O&S*, vol. 22, nº. 73, pp. 193-196, abr./jun., 2015.

RATZ, A. C. Y.; SANTOS, G. R. R.; ROSA, L. C.; PAGANINI, P.; ANDRADE, R. C. L. B. Produção acadêmica em estudos organizacionais: temas, estratégias, abordagem qualitativa e impacto

social. *Anais do Encontro Nacional de Estudos Organizacionais da ANPAD, IX*, Belo Horizonte, pp. 1-14, 2016.

TONET, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.